

A dinâmica espacial do Mercosul: assimetrias em regiões brasileiras

◀ Marcos Costa Lima*

“Com a internacionalização dos mercados financeiros, de capitais e de trabalho, os governos nacionais têm crescentemente, sentido o descompasso entre a limitada margem de manobra de que dispõem e os imperativos decorrentes, não das relações de comércio em nível mundial, mas das relações de produção tramadas globalmente. Estas escapam cada vez mais às políticas intervencionistas do governo, não apenas de redistribuição monetária, mas de incentivos à indústria, subsídios, créditos, proteção tarifária, etc. A administração e a legislação nacionais não têm mais um impacto efetivo sobre os atores transnacionais, que tomam suas decisões de investimentos à luz da comparação, em escala global, das condições relevantes de produção”.

Habermas

Apresentação

Este trabalho procura estabelecer, em grandes linhas, as relações dos Estados e das regiões brasileiras com o Mercosul, sublinhar os desníveis regionais e assimetrias internas que tendem a se agravar no Brasil, à medida que o espaço econômico Sul-Sudeste passa a consolidar os fluxos de comércio, os investimentos externos diretos (IED) e os investimentos em infraestrutura básica, que tiveram início com o retorno do capital internacional à América Latina no início dos anos 90, como uma resultante do processo de Globalização que se intensificou a partir de 1995. Na primeira parte do documento são estabelecidas as demarcações teóricas do campo, que reforçam a idéia da formação de “espaços econômicos globais” (Sassen, 1998) e suas articulações com as categorias de lugar e de territorialidade, indicando que o território, enquanto um campo de forças sociais, econômicas e políticas, reflete conflitos e cria novas dinâmicas de desigualdades

Em segundo lugar, com base em séries estatísticas da SECEX (Secretaria do Comércio Exterior), destaca o papel preponderante do estado de São Paulo em

* Doutor em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP/SP, Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Membro do Núcleo de Estudos sobre Política Internacional (NEPI) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e do Desenvolvimento (D & R).

termos das exportações para o Mercosul, sua menor presença no tocante às importações originárias do Bloco, bem como o perfil dos produtos comercializados. Finalmente, o trabalho ressalta ainda que a sinergia provocada pela estruturação da integração regional tende a aprofundar o *gap* existente entre o Nordeste e a região Sul-Sudeste do país, também alimentado pela política de Estado-mínimo, que contribui para a “guerra fiscal”, para a ausência de políticas regionais ativas, ampliando a fragmentação do país em eixos e pólos dinâmicos, em enclaves, deixando ao abandono imensas áreas não competitivas.

A reestruturação dos espaços e a economia global

Há um consenso entre um conjunto significativo de autores, embora matizado, de que entre as propriedades-chave do capitalismo de fim de século estão: a abrangente revolução tecnológica, notadamente a relativa às tecnologias da informação; a hiper mobilidade e liquidez do capital e das companhias multinacionais e o declínio na capacidade dos países da periferia do sistema de regular setores-chave de suas economias. Entre as imagens mais veiculadas e associadas à globalização, portanto, aquelas que associam velocidade, comunicações globais em tempo real, desterritorialização, associadas à superação dos Estados Nacionais e à neutralização do lugar e da distância e finalmente, a um processo homogeneizador com a força da irreversibilidade.

Saskia Sassen (1993, 1998) desenvolve todo um campo de pesquisa para resgatar os conceitos de Local e de Processo de Produção na análise da globalização econômica, negligenciadas quando comparadas à hiper mobilidade do capital e ao poder das multinacionais. O trabalho de Saskia tem como uma de suas preocupações centrais a visualização de determinadas cidades como os centros de produção para as indústrias de informação avançada e procura entender a articulação da infra-estrutura dessas cidades globais e as suas atividades em termos de produção e postos de trabalho necessários ao funcionamento dessa economia global. Neste sentido, Nova York, Londres, Frankfurt, Paris, Tóquio, Amsterdã, Los Angeles, Honk Kong, São Paulo, Bangoc, México, são cidades globais. Segundo ela, “essa geografia da globalização contém a dinâmica da dispersão e da centralização, uma condição que somente agora está começando a ser reconhecida” (Sassen, 1998: 46). Esses locais estratégicos, onde os segmentos de informação e processos globais se materializam, requerem uma vasta infra-estrutura física contendo módulos estratégicos com hiperconcentração de instalações e estabelecendo novas hierarquias globais e regionais. São os tecnopólos, áreas que associam grandes empresas de serviços e indústrias de tecnologia avançada, com centros universitários e de pesquisa, de informação e de produção *hightech*, necessários à implementação e gerenciamento dos sistemas econômicos globais. Esses

centros, se associam a um conjunto de fornecedores, de serviços e de produção, que terceirizam atividades, onde entram empresas ainda articuladas segundo o padrão fordista em todos os recantos do mundo. Segundo Howes (1999: 249)¹, o capitalismo global entrou em uma nova fase de desenvolvimento, onde, especialmente nos Estados Unidos e Grã Bretanha, tem criado um mercado de trabalho flexível, com um núcleo de empregos seguros e permanentes, com sistemas de previdência, que abrangeria não mais que 40% de todos os empregos.

Interessa de perto nosso trabalho, o fato de que essas novas geografias, ao gerarem *centros e margens*, reproduzem parcialmente as desigualdades sem deixar de apresentar uma dinâmica específica. A “nova economia” acentua as relações internacionais, a intensidade das transações entre estas cidades, tanto no mercado financeiro quanto naquele das prestações de serviços e investimentos. Esse processo aprofunda a desigualdade na concentração de recursos estratégicos e atividades entre cada uma destas cidades *e outras no interior do mesmo país*. Vale salientar que o comércio mundial de mercadorias em 1998, se concentrou na proporção de 67% entre os EUA, a União Européia e o Japão e, se considerarmos os Tigres Asiáticos e demais países do ASEAN, a concentração atinge 79% deste comércio (Thorstensen, 1999).

Renato Baumann (1997: 39), salienta, na mesma linha de Saskia Sassen que a globalização não é indiferente à questão local, uma vez que a noção de empresa local está cada vez menos clara, seja porque já aderiu a um processo produtivo associado a um grande grupo internacional, seja porque fornece insumos a um grupo nacional associado a uma multinacional. Esse processo reduz o grau de liberdade da autoridade econômica em Estados da periferia, na adoção de políticas monetária, fiscal e produtiva. A desregulamentação do setor financeiro e a aquisição de grande parcela dos Bancos na América Latina por empresas internacionais deixa claro que esta desnacionalização tem suas repercussões não só ao nível da “senhoriagem” da moeda, mas das próprias políticas monetárias desses países². Os regimes legais transnacionais tornam-se mais importantes e começam a entrar em setores nacionais até então fechados (exploração sub-solo, energia, telecomunicações).

À medida que processos globais se materializam em lugares concretos, eles continuam a operar sobre guarda-chuvas reguladores de soberania, que por sua vez têm suas dinâmicas ditadas por novos regimes multinacionais. A dualidade do *nacional* versus o *global* passa a diluir-se; relativiza-se a idéia de que sejam dois espaços mutuamente excludentes. Esta interferência tem provocado uma dispersão e fragmentação nos países da periferia do sistema, por exemplo, na chamada Guerra Fiscal, que passa a ocorrer entre as unidades sub-nacionais, estados ou províncias que iniciam uma disputa por unidades produtivas multinacionais, oferecendo toda a sorte de vantagens e subsídios que, a médio prazo, se transformam num jogo de soma negativa.

Há que se observar e aprofundar a análise dos efeitos da globalização entre os países da América do Sul, que estão levando adiante, com dificuldades, processos de Integração. Dentre esses efeitos, uma profunda internacionalização, decorrente dos Investimentos em *portfólio* e produtivos, das privatizações e dos Investimentos Externos Diretos (IEDs) que, ao atingirem países com grande dependência dos mercados mundiais por moeda forte, em função do contingenciamento da dívida pública, aumentam suas fragilidades e dependência (Lima, 2000). Nesse sentido, é lúcido o alerta de dois economistas chilenos que entendem que ao apontarem os impactos ao nível dos países periféricos, não subestimam os efeitos sobre as unidades infra-estatais, foco central desta análise:

“La globalización es una fuerza que aumentará de manera importante la diferenciación entre los países en desarrollo (y entre regiones de los países) en cuanto a la forma y profundidad de su vinculación con los centros y con las agrupaciones de países (o centros regionales) que constituyen el eje de la economía global” (Bermedo e Miño, 1998: 4).

Os processos do Mercosul e da Comunidade Andina têm dado demonstrações de que podem vir a consolidar, estratégica e defensivamente, um melhor posicionamento desses países no enfrentamento desigual com os países centrais. De qualquer modo, os efeitos da globalização sobre os indicadores sociais dos países periféricos têm sido nefastos, seja ao nível do emprego, com aumento da precarização da mão-de-obra; seja ao nível da pobreza e da concentração de renda, indicando que a ausência e a minimização do Estado em diversos setores não tem diminuído os volumes da dívida pública, nem de problemas estruturais como os desníveis regionais intra-nacionais. Estas constatações apontam para a necessidade de uma modificação substantiva na relação Estado e Sociedade, com políticas públicas efetivas de inclusão e justiça social. Estas fragilidades têm que ser enfrentadas para que o mercado regional possa ser aprofundado e ampliado em bases sustentáveis (Lima, 1999[b]).

As regiões brasileiras e o Mercosul

A economista Tânia Bacelar, especialista em economia regional do Nordeste brasileiro, afirmou com muita propriedade em trabalho recente:

“Os grandes atores do mercado global nos manejam, segundo os objetivos estratégicos que eles têm. Parte cada vez maior da dinâmica regional brasileira é trabalhada pelas empresas globais, que estão decidindo onde vão montar novas unidades, onde vão fechar as antigas etc. Ou seja, as estruturas regionais são redefinidas segundo as estratégias dos grandes atores, globais ou nacionais (1998: 170).

Desde a assinatura do Tratado de Assunção, a região Sudeste e, sobretudo, o Estado de São Paulo, espaço econômico mais desenvolvido no país, vem

liderando o comércio bilateral com os parceiros do Mercosul. Contudo, menos conhecidos são os efeitos da Regionalização em relação à Região Sul do País que, inclusive pela proximidade com os parceiros de língua hispânica, vêm se conformando enquanto área virtual de maior influência no Cone Sul, quer pela situação geográfica –a meio caminho entre os dois grandes pólos regionais, Buenos Aires e São Paulo– quer pelos investimentos públicos e privados, muitos dos quais internacionais que, estrategicamente, têm buscado aquele espaço como base operacional de atuação, redefinindo o perfil econômico da região, com implicações futuras para todo o país (Lavinias et al, 1997).

Para que se tenha uma breve idéia da situação das economias das regiões brasileiras no último quarto de século, basta dizer que o Sul-Sudeste do país, após sofrer perda em sua produção geral e, particularmente, no setor industrial, entre 1975 e 1985, torna a atingir, em 1994, 74,12% do PIB nacional, fato que chama a atenção para o recrudescimento das desigualdades regionais. O Nordeste, por sua vez, diminui sua presença na atividade industrial, caindo de 13,6% em 1985, para 12% em 1990 e apenas 8% em 1994. Este declínio da posição do Nordeste em termos industriais ganha relevo pelo fato de aí se encontrar o segundo contingente populacional do país (Bacelar, 1997).

Tabela 1

Brasil: grandes regiões-produção total, produção industrial e população (%)

| | Produção Total | | Produção Industrial | | População | |
|-------------|----------------|------|---------------------|------|-----------|------|
| | 1970 | 1985 | 1970 | 1985 | 1970 | 1991 |
| NORTE | 2,2 | 4,1 | 1,1 | 4,1 | 3,9 | 6,9 |
| NORDESTE | 11,7 | 13,6 | 7,0 | 12,2 | 30,2 | 28,9 |
| SUDESTE | 65,5 | 59,1 | 79,1 | 65,8 | 42,8 | 42,7 |
| (São Paulo) | 39,4 | 35,4 | 56,5 | 44,0 | 19,1 | 21,5 |
| SUL | 16,7 | 17,1 | 12,0 | 15,7 | 17,1 | 15,1 |
| CENTRO | 3,9 | 6,0 | 0,9 | 2,4 | 5,4 | 6,4 |
| OESTE | | | | | | |

Fonte: Affonso y Silva (1995).

A Tabela 2 confirma, principalmente, o crescimento do PIB da Região Sul e Centro Oeste no período, com o declínio da posição do nordeste, agravado pelo fato de aí se encontrar o segundo contingente populacional do país.

Tabela 2

Brasil: participação relativa das grandes regiões no pib-1986/1994 (%)

| | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 |
|----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| NORTE | 4,52 | 4,65 | 4,80 | 5,06 | 5,02 | 4,89 | 4,63 | 4,79 | 4,82 |
| NORDESTE | 14,18 | 14,09 | 14,10 | 14,29 | 14,02 | 14,15 | 13,90 | 14,32 | 13,97 |
| SUDESTE | 58,64 | 58,97 | 59,08 | 58,76 | 58,50 | 59,03 | 58,55 | 56,64 | 56,57 |
| SUL | 17,07 | 16,49 | 15,82 | 15,58 | 15,85 | 15,26 | 16,56 | 17,32 | 17,55 |
| C. OESTE | 5,59 | 5,79 | 6,20 | 6,31 | 6,61 | 6,66 | 6,36 | 6,94 | 7,08 |

Fonte: IBGE (1994). Nota: valores deflacionados expressos em R\$ de 1995

A desigualdade regional em termos de rendimentos pode ser aferida pelo PIB *per capita* de alguns estados da federação, em 1997, demonstrando em toda sua expressão a clivagem que caracteriza o país: São Paulo (R\$ 8.822,00); Minas Gerais (R\$ 5.116,00); Bahia (R\$ 2.800,00); Rio de Janeiro (R\$ 7.152,00); Piauí (R\$ 1.555,00); Mato Grosso do Sul (R\$ 4.693,00); Santa Catarina (R\$ 6.380,00) (cf. Anexo - IBGE, 2000, Rio de Janeiro).

A tendência à concentração espacial do dinamismo industrial foi detectada por Campolina Diniz (1994), que identificou uma poligonal que articula centros dinâmicos e crescimento industrial, com pontos em Belo Horizonte, Uberlândia, Maringá, Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, São Paulo, Campinas, São José dos Campos. O Sul-Sudeste apresenta 80% desses centros dinâmicos, enquanto o Nordeste, apenas 15%.

Os Estados e as empresas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul têm, hoje, uma grande expectativa que começa a se concretizar a partir do Mercosul. A região é considerada como o epicentro deste mercado e vem recebendo grandes investimentos, em função desta posição estratégica, a exemplo da chegada da montadora francesa de veículos *Renault*, que estará produzindo 120 mil unidades, a partir de 1999, em São José dos Pinhais, na Grande Curitiba; da instalação das montadoras: *Chrysler* em Campo Largo (PR); *Audi-VW* em São José dos Pinhais (PR); General Motors, no Rio Grande do Sul³, sem falar das muitas fábricas de autopeças que as acompanham; da ampliação do pólo petroquímico, na Grande Porto Alegre.

Os Estados do Sul têm como vantagens, além da proximidade com os mercados da Argentina, Uruguai e do Paraguai, uma rede de portos: Paranaguá –segundo mais importante do país na operação de *containers*– e Antonina, no Paraná; São Francisco do Sul, Itajaí –maior em movimentação de carnes congeladas do país; Imbituba, em Santa Catarina e Rio Grande, no Rio Grande do Sul (cf. figura 1).

Participando em um seminário internacional na SUDENE, Clélio Campolina Diniz é categórico sobre os efeitos do processo da mundialização no território brasileiro e o texto, apesar de longo, vale ser citado:

“A globalização, tem o efeito de beneficiar a região mais desenvolvida do país. Haja vista, p.ex, os fluxos de investimento. Está vindo a Grandene para o Nordeste, estão vindo as indústrias têxteis, mas o pacote industrial que esse país está desenhando é uma grande integração do complexo metal-mecânico, liderado pela indústria automobilística, que tem aí o efeito do encadeamento brutal. E ao que me consta, toda indústria automobilística agora está de Minas gerais para o sul do Rio de Janeiro. Há também espaços de integração das indústrias químicas no Nordeste em razão da Petroquímica da Bahia, a cloroquímica. Mas, já está decidido o novo pacote petroquímico para o planalto paulista, onde está a maior refinaria, onde está chegando o gás da Bolívia. E eu entendo que, se for haver integração da química, prioritariamente, pela lógica do mercado, ela vai se dar no planalto paulista e não na Bahia ou no R.Grande do Sul. Além disso, as atividades de tecnologia mais sofisticadas tendem a se instalar, não necessariamente nas grandes metrópoles, Rio de Janeiro ou São Paulo, mas um pouco nas metrópoles do 2º nível, como Curitiba e Belo Horizonte, e as redes de cidade de porte médio, dotadas de serviços modernos, que, também, estão nessas regiões do Centro-Sul do Brasil”(1997: 66)

Observando-se as exportações brasileiras para o Mercosul, por grandes regiões, verifica-se que o Sudeste, desde 1993, representa mais de 65% deste total, que, somado à participação da região Sul perfazem mais de 90% do total exportado pelo país, caracterizando a integração regional como uma forte polarização regional Sul-Sudeste. O valor das exportações das regiões Nordeste, Norte e Centro Oeste, somadas, não representam mais que 10% das exportações brasileiras para o mercado em pauta. Verifica-se ainda que a região Centro Oeste tende a ampliar a sua participação, sobretudo em função do *agribusiness*⁴, enquanto o Nordeste e o Norte perdem posição. Esta constatação indica que o Mercosul em termos de Brasil, ainda está diretamente relacionado à proximidade geográfica dos Estados com os países vizinhos.

Esta questão é importante na medida em que ressalta a importância do território, da geografia, no processo de regionalização, contrariamente às teorias globalizadoras, que por força da chamada flexibilização dos processos produtivos e do trend à queda das barreiras alfandegárias e de abertura econômica, preconizavam a desterritorialização.

Tabela 3

Exportações das regiões brasileiras para o Mercosul 1997/1995 Em US\$ 1.000 FOB

| REGIOES | 1997 | | 1996 | | 1995 | |
|----------------|-------|-----------|-------|-----------|-------|-----------|
| | % | R\$ | % | R\$ | % | R\$ |
| Total Geral | 100,0 | 9.043.939 | 100,0 | 7.305.281 | 100,0 | 6.153.766 |
| Sudeste | 67,5 | 6.108.114 | 64,2 | 4.686.077 | 67,0 | 4.123.484 |
| Sul | 23,3 | 2.098.294 | 27,4 | 1.995.327 | 22,1 | 1.363.030 |
| Nordeste | 5,9 | 532.265 | 6,6 | 484.184 | 6,1 | 420.707 |
| Norte | 1,2 | 102.199 | 0,8 | 63.586 | 0,8 | 53.321 |
| Centro Oeste | 1,1 | 106.790 | 1,0 | 77.961 | 1,0 | 62.141 |
| Não Declarados | | --- | | --- | | --- |

Fonte: Balança Comercial brasileira – Secex – Jan/Dez 1997.

Do ponto de vista das *importações* brasileiras totais, a presença do Sudeste é menos expressiva do que em relação às exportações mas, ainda francamente dominante, com 61% do total, em 1997, que, somadas às importações da região Sul (30%), ultrapassavam os 90% do total. Os estados do Sul têm sido deficitários na sua balança comercial, em relação ao Mercosul, sobretudo após 1994, o que não tem ocorrido com o Sudeste. As importações somadas do Nordeste e do Norte provenientes do Mercosul não chegam a exceder aquelas realizadas pelos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná. Contudo em se tratando das importações totais realizadas pelas regiões brasileiras, o Nordeste e o Norte importam juntos mais do que a soma das importações dos estados do Sul, o que também quer dizer que os estados do Norte e do nordeste têm tido *déficits* em sua balança de pagamentos enquanto a região Sul é fortemente superavitária (Secex, 1997[a]).

Tabela 4

Importações das regiões brasileiras para o Mercosul 1997/1995 Em US\$ 1.000 FOB

| REGIOES | 1997 | | 1996 | | 1995 | |
|----------------|-------|-----------|-------|-----------|-------|-----------|
| | % | R\$ | % | R\$ | % | R\$ |
| Total Geral | 100,0 | 9.711.132 | 100,0 | 8.279.039 | 100,0 | 6.882.403 |
| Sudeste | 61,0 | 5.923.905 | 60,2 | 4.984.576 | 60,3 | 4.144.108 |
| Sul | 30,1 | 2.923.924 | 29,2 | 2.406.194 | 30,1 | 2.076.344 |
| Nordeste | 6,9 | 665.950 | 8,2 | 663.081 | 7,4 | 508.701 |
| Norte | 0,4 | 37.004 | 0,8 | 59.963 | 0,7 | 48.338 |
| Centro Oeste | 1,6 | 144.639 | 1,6 | 138.880 | 1,5 | 104.889 |
| Não Declarados | | --- | | --- | | --- |

Fonte: Balança Comercial Brasileira – Secex – Jan/Dez 1997.

Dentre os estados do Norte, o Pará é o maior importador, com 0,30% do total das importações brasileiras originárias do Mercosul. No Centro Oeste, o Estado de Goiás importa 1,09%, enquanto no Nordeste, a Bahia representa 2,2% das importações totais. No Sudeste, São Paulo representa 32,3%, mas destacando-se também o Espírito Santo, com 15% das importações brasileiras provenientes do bloco. Na região Sul, tanto o Rio Grande quanto o Estado do Paraná são grandes importadores do bloco, respectivamente 14,7% e 10,7%.

A Bahia é o único estado nordestino com exportações expressivas para os parceiros, muito embora, tal qual o Rio de Janeiro, apresente oscilações negativas e positivas ao longo do período. Verifica-se, portanto, uma acentuada concentração dos negócios com o Mercosul, quando apenas 7 estados da Federação são responsáveis, entre 1989 e 1995 por não menos que 92% das exportações.

Ao avaliar-se o perfil da pauta de exportações dos principais estados brasileiros para o Mercosul, São Paulo vende sobretudo peças e equipamentos da indústria de autos e caminhões, 14,25% do total; o Rio Grande do Sul exporta colhedeiras combinadas e reboques, 20,63% do total; o Paraná, com uma pauta mais diversificada, principalmente cigarros, gás, óleo diesel, café não torrado, ônibus, frangos frescos e resfriados, perfaz 28,93% das exportações; em Santa Catarina os motocompressores, roupas de tecido atalhado, papel-cartão, carne suína congelada, e carrocerias para ônibus, 23,9% do total.

Tabela 5

*Participação relativa dos estados no total das exportações para o Mercosul
1989/95 em %*

| Estados | 1989 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 |
|-------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| São Paulo | 54,4 | 54,2 | 52,3 | 53,9 | 52,4 | 52,6 | 52,2 |
| Rio Grande do Sul | 10,2 | 9,6 | 9,4 | 9,1 | 11,9 | 11,7 | 11,5 |
| Minas Gerais | 9,6 | 8,1 | 10,3 | 12,0 | 10,2 | 8,8 | 7,5 |
| Rio de Janeiro | 5,4 | 7,4 | 7,4 | 6,8 | 6,9 | 6,8 | 5,8 |
| Paraná | 4,7 | 4,7 | 4,7 | 5,3 | 5,1 | 6,1 | 5,7 |
| Santa Catarina | 3,6 | 4,1 | 4,8 | 4,8 | 5,4 | 4,9 | 5,3 |
| Bahia | 4,5 | 5,3 | 3,8 | 3,4 | 2,5 | 3,1 | 4,4 |
| Sete Primeiros | 92,6 | 93,7 | 93,5 | 95,3 | 94,9 | 93,8 | 92,2 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Secretaria de Comércio - Dept. Técnico de Intercâmbio Comercial/Gerência de Estatística, Brasília.

Já o *perfil das importações* altera a composição por Estado, saindo a Bahia e entrando o Espírito Santo, mudando, inclusive, a posição dos Estados em relação ao quadro de exportadores. O Rio Grande do Sul aparece com uma forte dependência de produtos do Mercosul, mas ainda bem abaixo de São Paulo. Minas Gerais, embora tenha uma tendência a ampliar suas compras, apresenta-se com pequena participação relativa nas importações provenientes do Mercado do Cone Sul, tendo em vista tratar-se de um dos mais ricos estados da Federação. O Rio de Janeiro reduziu, sensivelmente, suas importações do Bloco nos últimos anos.

Tabela 6

**Participação relativa dos estados no total das importações do Mercosul
1989/95 em %**

| Estados | 1989 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 |
|-------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| São Paulo | 36,2 | 33,4 | 36,1 | 33,2 | 28,5 | 40,5 | - |
| Rio Grande do Sul | 23,4 | 21,3 | 23,9 | 21,6 | 20,1 | 19,6 | - |
| Paraná | 6,4 | 7,1 | 6,2 | 5,8 | 6,2 | 7,1 | - |
| Espírito Santo | 2,0 | 4,4 | 7,1 | 6,8 | 5,4 | 6,6 | - |
| Santa Catarina | 4,4 | 4,1 | 4,6 | 4,8 | 2,9 | 5,2 | - |
| Rio de Janeiro | 9,8 | 10,2 | 7,2 | 5,7 | 2,9 | 4,5 | - |
| Minas Gerais | 1,3 | 1,8 | 3,3 | 5,7 | 6,7 | 4,4 | - |
| Sete Primeiros | 83,9 | 82,5 | 88,6 | 84,0 | 72,9 | 88,2 | - |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | - |

Fonte: Secretaria de Comércio - Dept. Técnico de Intercâmbio Comercial/Gerência de Estatística, Brasília.

O estado de São Paulo o Mercosul

Desagregando-se os dados sobre os valores de comércio exterior do Sudeste, em relação ao Mercosul, São Paulo é, de longe, o estado brasileiro que tem maior volume de exportações para o bloco. Levando-se em consideração que São Paulo foi responsável, entre 1989 e 1996, por nada menos que 34,5% das exportações totais do Brasil, pode-se afirmar que o comércio do Estado com o Mercosul ainda não atingiu este patamar, mesmo considerando-se que, desde 1996, o bloco tem sido o principal destino das exportações do Estado, respectivamente 23,84% e 26,4% em 1997, contra 22,5% para o NAFTA em 1997.

Tabela 7

**Estado de São Paulo: valor das exportações para o Mercosul 1997-1994 em
US\$ Milhões FOB**

| | 1997 | | 1996 | | 1995 | | 1994 | |
|--------------------|--------------|----------|--------------|----------|--------------|----------|--------------|----------|
| | valor | % | valor | % | valor | % | valor | % |
| Total Geral | 18.088 | 100,0 | 15.575 | 100,0 | 15.966 | 100,0 | 14.736 | 100,0 |
| Mercosul | 4.781 | 26,9 | 3.161 | 19,8 | 3.161 | 19,8 | 3.046 | 20,6 |

Fonte: a partir Secex/Seade.

Tomando-se os principais países de *destino das exportações paulistas*, tem-se, por ordem de grandeza os EUA, a Argentina, a Holanda, o Paraguai, o Chile, o Japão, a Alemanha e o Reino Unido. O interessante é a consolidação dos países do Mercosul e da América do Sul, que se transformam nos principais compradores do Estado de São Paulo, suplantando países desenvolvidos como a Itália, a França, a Espanha, e mesmo os asiáticos, como a China e a Coréia. Vale ainda ressaltar, a presença decrescente do México, em função da criação do NAFTA, que reduz, substancialmente, as importações do Estado de São Paulo.

Tabela 8

Estado de São Paulo: valor das exportações segundo os principais 14 países de destino em US\$ milhões FOB

| Principais Países de Destino | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 |
|-------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Total | 13.240 | 13.931 | 14.736 | 15.968 | 16.575 |
| E.U.A | 2.922 | 3.030 | 3.270 | 2.972 | 3.041 |
| Argentina | 1.620 | 1.886 | 2.160 | 2.093 | 2.867 |
| Holanda | 931 | 789 | 860 | 968 | 1.032 |
| Paraguai | 300 | 502 | 570 | 747 | 713 |
| Chile | 559 | 706 | 589 | 700 | 634 |
| Japão | 372 | 366 | 478 | 523 | 543 |
| Alemanha | 658 | 487 | 551 | 629 | 539 |
| Reino Unido | 413 | 342 | 381 | 435 | 389 |
| Uruguai | 233 | 320 | 316 | 321 | 369 |
| México | 726 | 638 | 678 | 252 | 355 |
| Bolívia | 212 | 275 | 301 | 332 | 328 |
| Colombia | 205 | 208 | 219 | 278 | 295 |
| Itália | 425 | 269 | 318 | 337 | 288 |
| Venezuela | 220 | 178 | 126 | 236 | 220 |

Fonte: a partir de Secex/Seade.

No tocante às *importações de São Paulo* provenientes do Mercosul, fica patente o desnível existente entre as exportações e as importações. No caso das importações, estas são muito menos significativas, o que indica estar São Paulo muito mais dependente dos produtos de maior valor agregado, de maior nível tecnológico, provenientes dos países desenvolvidos. Os estados latino-americanos

saem, entrando os “ricos”, à exceção da Argentina. Ou seja, as importações paulistas provenientes da América do Sul, à exceção da Argentina e do Chile, são pouco expressivas. Aqui ocorre a importação intra e inter-indústria, sobretudo pela presença das multinacionais no Estado. Chama a atenção, contudo, o crescimento das importações da China, que eram irrisórias no princípio da década. Também significativa é a quase duplicação dos valores importados, após o Plano Real, relacionada à sobrevalorização cambial e à redução tarifária.

Tabela 9

Estado de São Paulo: valor das importações do Mercosul - 1997-1994 em US\$ milhões FOB

| | 1997 | | 1996 | | 1995 | | 1994 | |
|--------------------|--------|-------|--------|-------|--------|-------|--------|-------|
| | valor | % | valor | % | valor | % | valor | % |
| Total Geral | 26.203 | 100,0 | 25.702 | 100,0 | 23.694 | 100,0 | 14.971 | 100,0 |
| Mercosul | 2.911 | 11,1 | 3.290 | 12,8 | 2.973 | 12,5 | 1.875 | 12,5 |

Fonte: a partir Secex/Seade

Quanto ao nível de procedência das importações do Estado de São Paulo, observe-se o deslocamento dos países da América Latina, à exceção da Argentina e, numa posição muito inferior, o Chile e o México, caracterizando as importações intra-industriais de maior valor agregado, originárias dos países centrais.

Tabela 10

Estado de São Paulo: valor das importações segundo os 14 principais países de destino em US\$ Milhões FOB

| Principais Países de Destino | 1992 | 1993 | 1994 | 1996 | 1997 |
|------------------------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Total | 8.476 | 11.513 | 14.971 | 25.702 | 26.203 |
| E.U.A | 2.213 | 2.740 | 3.462 | 6.146 | 6.820 |
| Alemanha | 1.118 | 1.423 | 1.838 | 3.103 | 2.688 |
| Argentina | 621 | 1.189 | 1.588 | 2.833 | 2.486 |
| Japão | 456 | 900 | 1.213 | 1.220 | 1.472 |
| Itália | 302 | 381 | 525 | 1.246 | 1.300 |
| França | 239 | 391 | 437 | 781 | 876 |
| Reino Unido | 230 | 310 | 424 | 814 | 780 |
| Espanha | 81 | 130 | 218 | 630 | 706 |
| Suécia | 123 | 156 | 241 | 560 | 631 |

Tabela 10 - continuação

| Principais Países de Destino | 1992 | 1993 | 1994 | 1996 | 1997 |
|-------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| China | 19 | 146 | 240 | 576 | 547 |
| Canadá | 166 | 226 | 243 | 440 | 528 |
| Chile | 150 | 133 | 254 | 424 | 486 |
| México | 113 | 132 | 171 | 449 | 458 |

Fonte: a partir de Secex/Seade

Os Estados da região sul do Brasil e o Mercosul

A maior opção do *Rio Grande do Sul*, hoje, está na crescente dinamização do Mercosul, que começa a atrair investimentos multinacionais e regionais, em escala crescente. Estas empresas, quer se instalem no Uruguai ou na Argentina, têm, através da fronteira gaúcha, seu primeiro passo em direção ao mercado brasileiro. Porto Alegre dista apenas 700 Km de Montevideú e 875 Km de Buenos Aires e também integra o grupo de treze municípios que pretende constituir a Rede de Grandes Cidades do Mercosul (*Mercocidades*), com o objetivo de estabelecer cooperação nos âmbitos cultural, científico e comercial, além de trocar experiências de gestão pública.

A economia gaúcha depende, em mais de 40% do PIB, do complexo *agribusiness*. Quando sofre alguma quebra de safra, o setor industrial, grande fornecedor do setor agrícola em equipamentos e insumos, sofre indiretamente. Esta vulnerabilidade está sendo pouco a pouco alterada, com a nova opção aberta pela proximidade com o mercado, sobretudo argentino, mas também uruguaio e paraguaio.

O Rio Grande do Sul vem mudando o seu perfil econômico, recebendo novos segmentos industriais. Dos quase US\$ 8 bilhões em investimentos privados confirmados para o período 1993/2004, pouco mais de um terço foi investido em 1998. A Secretaria de Planejamento do Estado afirma que, com os recursos privados somados aos investimentos públicos em energia, telefonia, estradas e saneamento, o Rio Grande receberá, até 2004, a soma de US\$ 15 bilhões (27% do PIB local). O projeto RGS 2010 estima que, em poucos anos, a indústria automobilística responderá por mais de 11% do PIB gaúcho (Gazeta Mercantil, 1998).

Em termos espaciais, a área metropolitana de Porto Alegre receberá 74% dos investimentos, ou cerca de US\$ 5,4 bilhões. O eixo industrial do Estado, situado

entre Porto Alegre e Caxias do Sul sofrerá alteração, com perdas para Caxias, área de topografia difícil para implantação de grandes fábricas. Ainda assim, Caxias receberá a indústria Navistar –maior fabricante norte americana de veículos pesados e semi-pesados. Guaíba e Gravataí, cidades próximas a Porto Alegre, receberão as novas montadoras.

Os setores tradicionais da indústria gaúcha também estão sendo revitalizados e receberão investimentos de US\$ 4,5 bilhões, dos quais, menos de 20% serão alocados em alimentos e calçados (os dois segmentos, ainda hoje são responsáveis por 40% do faturamento industrial do estado). Os restantes 80% desses investimentos, equivalentes a US\$ 3,6 bilhões, irão para as indústrias de fumo⁵, mecânica, metalurgia e as petroquímicas, químicas e de material de transportes, que respondem hoje, por 35% do faturamento do Estado.

Tabela 11

Países importadores do Rio Grande do Sul - 1996

| Países | Participação Relativa (%) |
|------------------|----------------------------------|
| EUA | 29,5 |
| Argentina | 8,3 |
| Itália | 5,2 |
| Alemanha | 4,3 |
| Reino Unido | 4,3 |
| Uruguai | 3,5 |
| Espanha | 3,2 |
| China | 3,1 |
| Paraguai | 3,0 |
| Japão | 2,9 |
| Demais países | 32,1 |

Fonte: Gazeta Mercantil (1996/97); Mict/Secex e Secret. de Desenv. e dos Assuntos Internacionais

As exportações do Estado para o Mercosul cresceram celeremente, ou 3,5 vezes, no período assinalado, já se aproximando de US\$ 1,1bilhão, o que faz do bloco um parceiro fundamental do estado, o que explica a atenção dedicada ao processo de integração, seja pelo governo do estado, seja pelas universidades e centros de pesquisa gaúchos.

Tabela 12

Exportações do Rio Grande do Sul para os países do Mercosul – 1990/97 Em R\$ 1.000 de 1995

| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 |
|----------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-----------|
| R.G. Sul | 173.775 | 280.655 | 454.389 | 607.252 | 704.337 | 709.864 | 895.863 | 1.085.885 |

Fonte: Secex 1998.

O PIB do R. G. do Sul em 1995, de 42,89 bilhões de Reais, representa o quarto PIB do país, atrás apenas de São Paulo (34%); Rio de Janeiro (11,9%) e Minas Gerais (9,4%).

O *Estado de Santa Catarina* embora sendo um estado de menor área que seus vizinhos do Sul, ostenta o título de maior produtor nacional de alho, maçã, erva mate moída, mel de abelha, carvão mineral, louça de mesa, revestimento cerâmico, compressores, toalhas, tubos e conexões plásticas e ferro maleável. Ocupa ainda, a segunda posição na produção de cebola, pescado e fumo, e a terceira em uva, trigo, arroz, banana, madeira, papel e papelão, mobiliário, produtos de matéria plástica, vestuário, têxtil.

A economia do Estado está dividida em sete complexos: litoral (tecnológico e turístico), Vale do Itajaí (têxtil), nordeste (metal mecânico), oeste (agroindustrial), planalto (fruticultura, pecuária e turismo) e o norte (moveleiro e de papel e celulose). Esta estruturação econômica está sendo alterada em função, seja do movimento mais geral da economia, seja da integração regional. Um exemplo marcante é a sua economia rural, baseada em pequenas propriedades que vêm enfrentando dura concorrência dos produtos agrícolas argentinos, produzidos em larga escala e intensivos em tecnologia. No setor têxtil, muitas empresas fecharam suas portas e as que sobreviveram passaram por um forte processo de modernização para continuarem no mercado. A região de Itajaí, coração da indústria têxtil do Estado, com 12,7 mil empresas e responsável por 25% do valor da transformação industrial catarinense e 30% da mão de obra industrial, vem sendo severamente atingida pela concorrência asiática.

Um setor com grandes expectativas de crescimento é o metal-mecânico, situado em Joinville, no norte do Estado, com a perspectiva de fornecimento para as montadoras de automóveis –Renault, Audi-Volkswagen e a Chrysler, que estão sendo instaladas no Paraná.

O pólo cerâmico de Criciúma, ao sul, é outro setor da maior importância, que vem fazendo novos investimentos e se atualizado. O Sindicato da Indústria Cerâmica de Criciúma (Sindiceram), através de 10 de suas empresas, é responsável por 65% das exportações brasileiras do setor, empregando em torno de 4.700 funcionários. O Sindiceram está direcionando seu trabalho para

promover um maior volume de exportações, com a otimização do porto em Imbituba, distante 100 Km da região. A cerâmica brasileira enfrenta concorrência espanhola, que tem, entre outras vantagens, um menor custo de frete: “o frete do Brasil para Buenos Aires é mais caro do que da Espanha para Buenos Aires”(Gazeta Mercantil Latino-Americana, 1998).

O gás natural boliviano, que chega ao município em 1999, tem grande importância para o segmento, tanto por baixar o custo da energia, melhorando a produtividade, quanto pela qualidade do produto final, menos agressivo por ocasionar menor quantidade de resíduos do que o gás de petróleo (GLP).

O Mercosul, embora represente a grande “janela de oportunidade” do Estado, ainda não prevalece como principal parceiro na alocação de suas exportações, recebendo apenas 11,9% do total, ficando atrás da União Européia (32,6% e do Nafta 19,6%). Com a crise dos Tigres Asiáticos –responsáveis por 9,4% das vendas externas do Estado– há indicações de redirecionamentos para o Cone Sul.

Tabela 13

Países importadores de Santa Catarina

| Países | Participação Relativa (%) |
|------------------|---------------------------|
| EUA | 17,5 |
| Alemanha | 10,9 |
| Argentina | 7,5 |
| Japão | 4,9 |
| Reino Unido | 4,3 |
| Arábia Saudita | 3,1 |
| Outros | 51,5 |

Fonte: Gazeta Mercantil (1996/97).

A Tabela 14 dá uma dimensão da tendência do crescimento das exportações de Santa Catarina para o Mercosul, que aumentaram quatro vezes e meia, num período de sete anos.

Tabela 14

Exportações de Santa Catarina para os países do Mercosul –1990/97 em R\$ 1.000 de 1995

| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 |
|--------------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Sta.Catarina | 73.988 | 144.657 | 239.986 | 290.456 | 288.559 | 315.507 | 377.859 | 487.274 |

Fonte: Secex 1998.

O *Estado do Paraná*, por sua vez, pode ser subdividido em três grandes regiões: a leste, mais antiga, onde também fica a região metropolitana de Curitiba, e a maior parte do parque industrial do Estado; a norte, ocupada a partir da expansão das lavouras de café de São Paulo; o sudoeste, datada no início nos anos 40 e 50 deste século, com os fluxos migratórios do R. G. do Sul.

Em termos agropecuários, o Estado passou por processo semelhante ao Rio Grande do Sul, caindo a parcela correspondente no produto do setor agropecuário brasileiro. Segundo Pedro Bandeira (1995), o esgotamento da fronteira agrícola, que se completou no decorrer da década de 70, deixou de ser uma das principais frentes de expansão da agropecuária brasileira. Ela se manteve, quase absoluta, até o final dos anos 60, como a principal geradora da renda interna do Estado, caracterizando-o como de natureza marcadamente agrícola. Foi nos anos 70 que a taxa de crescimento da produção industrial suplantou a produção agropecuária, quando foram instaladas em torno da Grande Curitiba, algumas indústrias significativas nos setores metalúrgico, mecânico, químico e petroquímico, a exemplo da Volvo, da Bosch, da Nippondenso, da Siemens, Furukawa, New Holland entre outras. Mais recentemente, montadoras de automóveis e caminhões, como a Renault, Chrysler, Audi/Volkswagen que, junto à boa parte da cadeia produtiva que os acompanham, representam investimentos indutores que sem sombra de dúvida estão modificando a sua imagem de Estado essencialmente agrícola (Passos, 1998 y otros)⁶.

Tabela 15

***Participação dos estados da região Sul no produto interno do Brasil
Agropecuária 1980/1991 em %***

| Ano | Paraná | Santa Catarina | Rio Grande do Sul | Região Sul |
|------------|---------------|-----------------------|--------------------------|-------------------|
| 1980 | 12,09 | 5,20 | 11,44 | 28,72 |
| 1985 | 11,60 | 5,10 | 8,33 | 25,03 |
| 1991 | 8,01 | 7,69 | 5,16 | 20,86 |

Fonte: Pedro S. Bandeira (1995: 326).

A indústria tem-se concentrado, especialmente, em torno da microregião de Curitiba, que respondia por 47,1% do valor da transformação industrial, em 1980. Segundo Meira e Zysman (1987), esse predomínio se manteve, ao longo dos anos 80. O Paraná viveu uma diversificação industrial que implicou em expressivo aumento dos segmentos de bens duráveis e de capital.

Tabela 16

Participação dos estados da região Sul no produto interno do Brasil Industrial 1980/1991 em %

| Ano | Paraná | Santa Catarina | Rio Grande do Sul | Região Sul |
|------|--------|----------------|-------------------|------------|
| 1980 | 4,40 | 3,05 | 5,75 | 13,24 |
| 1985 | 3,71 | 3,23 | 4,80 | 11,73 |
| 1991 | 4,56 | 4,81 | 5,36 | 14,73 |

Fonte: Pedro S. Bandeira (1995: 328)

Ligado a São Paulo por uma rede de transportes e comunicação, com uma região metropolitana em plena expansão, concentrando uma oferta variada de serviços que funcionam como atratores de desenvolvimento, o Paraná, a exemplo da cidade de Campinas, beneficiou-se da “desconcentração concentrada” da indústria da Região Metropolitana de São Paulo. As montadoras Renault, Audi-Volkswagen e Chrysler, associadas à Volvo, Philip Morris, Eletrolux, Klabin, Siemens, Inepar, Hering, Eletrofrío e à Sadia-frigobrás, são grandes empresas “antenas” ao novo impulso industrial, estrategicamente associado à integração regional do Mercosul.

As exportações do Estado para o Mercosul cresceram 3,2 vezes, de 1989 a 1995 e vem-se mantendo como o 3º no ranking das importações brasileiras para o Bloco Regional, e o 5º em exportações.

Tabela 17

Exportações do Paraná para os países do Mercosul - 1990/97 em R\$ 1.000 de 1995

| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 |
|--------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Paraná | 85.768 | 158.742 | 253.691 | 362.360 | 360.281 | 337.659 | 451.623 | 525.135 |

Fonte: Secex, 1998.

Breves conclusões

Algumas conclusões podem ser estabelecidas: em *primeiro lugar*, que o processo de integração regional do Mercosul vem se realizando no Brasil, sobretudo entre os Estados de maior dinamismo da Federação, tendendo, pela sinergia produzida, a aprofundar as desigualdades regionais. Em *segundo lugar*, que o Mercosul tem representado para as regiões Sul-Sudeste, uma ampla “janela de oportunidades” com tendência de cristalização a médio prazo, em que pesem as atuais dificuldades vividas pelo Bloco. Em *terceiro lugar*, que a adoção pelo

Estado de políticas de corte nitidamente neoliberais, com o abandono das políticas regionais, reduziu enormemente a antiga capacidade de intervenção e gestão de políticas sociais, econômicas e de desenvolvimento capazes de atenuar a exclusão social.

Em *quarto lugar*, que a dimensão da crise fiscal e financeira tem ampliado a heterogeneidade entre estados e regiões brasileiras e parece trabalhar no sentido da fragmentação, da luta federalista ou quando muito, na criação de enclaves dinâmicos em algumas áreas do Nordeste –como Petrolina ou o Vale do Açu, da fruticultura irrigada, o projeto Alumar, no Maranhão, o complexo soja no Oeste da Bahia, entre poucos, que contrastam com a inércia de maior parte de seu território. *Finalmente*, e não menos importante, a necessidade de direcionar a *stultisfera navis* do Estado Brasileiro e o processo de integração do Mercosul para avaliar em profundidade os Fundos Estruturais Europeus de Reconversão de Áreas Deprimidas, como uma alternativa coerente e portadora de futuro (Moseley, 1999). O novo regionalismo há que ser diferente do velho regionalismo patrimonialista e oligarca, predatório e reprodutor da exclusão social. A discussão sobre a retomada da construção da unidade nacional, que foi interrompida no Brasil, conforme imagem de nosso mais ilustre economista, ainda é atual, mas não pode ser feita à maneira dos anos 60/70 e das políticas substitutivas de importação. Muita água passou desde então, pela ponte! Esta unidade, hoje, tem que estar associada e estrategicamente articulada à consolidação de um Bloco Regional Sul Americano, como condição para uma inserção ativa na arena internacional, capaz de superar progressivamente as iniquidades dos modelos de desenvolvimento que privilegiaram sobretudo uma minoria, hoje afluente em toda a América Latina e no Caribe.

Anexos

Tabela 1

Produto Interno Bruto per capita do Brasil, por Grandes Regiões – 1994/97

| Grandes Regiões | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 |
|------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Brasil | 2.280 | 4.160 | 4.946 | 5.413 |
| Norte | 1.644 | 2.705 | 3.188 | 3.293 |
| Nordeste | 1.024 | 1.861 | 2.287 | 2.494 |
| Sudeste | 3.059 | 5.726 | 6.734 | 7.436 |
| Sul | 2.837 | 4.966 | 5.958 | 6.402 |
| C. Oeste | 2.111 | 3.742 | 4.495 | 5.008 |

Fonte: IBGE: 2000 (Estatística/economia/contas regionais).

Tabela 2

Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, por Grandes Regiões 1994/97 em milhão

| Grandes Regiões | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 |
|------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Brasil | 349.205 | 646.191 | 778.886 | 864.112 |
| Norte | 17.762 | 29.960 | 36.153 | 38.217 |
| Nordeste | 44.949 | 82.588 | 102.597 | 113.067 |
| Sudeste | 199.984 | 379.438 | 452.306 | 506.131 |
| Sul | 65.213 | 115.594 | 140.436 | 152.761 |
| C. Oeste | 21.297 | 36.611 | 47.394 | 53.935 |

Fonte: IBGE: 2000 (Estatística/economia/contas regionais), Rio de Janeiro.

Tabela 3

Balança Comercial com o Mercosul, por Países do Bloco. Estado de São Paulo, 1998 em US\$ milhões FOB

| Ítems | Total (A) | Mercosul (B) | (A)/(B) % | Argent. | Parag. | Uruguai |
|----------------------|------------------|---------------------|------------------|----------------|---------------|----------------|
| Exportação | 18.220 | 4.734 | 26,0 | 3.780 | 580 | 374 |
| Importação | 27.932 | 2.747 | 9,8 | 2.262 | 108 | 378 |
| Saldo | -9.712 | 1.987 | N.A. | 1.519 | 472 | -4 |
| Corrente de Comércio | 48.151 | 7.481 | 16,2 | 6.042 | 687 | 752 |

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (Secex). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE

Se for comparada esta Tabela 3 anexa com as Tabelas de N° 8 e 9 no texto, verificar-se-á que, já em 1998, a corrente de comércio entre o Estado de São Paulo e os países do Mercosul começa a declinar, pois em 1997 as exportações para o Mercosul originárias de São Paulo atingiram US\$ 4.781 milhões e as importações provenientes do Mercosul para São Paulo somaram US\$ 2.911.

Bibliografia

- Affonso, Rui de Britto A. y Pedro Luiz B. Silva (orgs.) 1995 *Desigualdades regionais e desenvolvimento* (São Paulo: Fundap/UNESP) 259.
- Albagli, Sarita 1998 *Globalização e Espacialidade: o novo papel do local* (Rio de Janeiro: IE/UFRJ)
- Bacelar, Tânia 1997 *Herança de diferenciação e futuro de fragmentação*, in *Estudos Avançados* (São Paulo: USP) N° 29, 36.
- Bacelar, Tânia 1998 “O elogio da diversidade regional brasileira”, in *Visões da Crise* (Rio de Janeiro: Contraponto) N° 161, 182.
- Bandeira, Pedro S. 1995 “A economia da região Sul”, in Rui de Britto, A. e B. S. Pedro Luiz (orgs.) *Desigualdades Regionais e Desenvolvimento* (São Paulo: Fundap/UNESP) 225-247.
- Bauman, Renato 1997 “O Processo de Globalização e a Questão regional; perspectivas para o Nordeste do Brasil”, in *Globalização e Desenvolvimento Regional: cenários para o Séc. XXI* (Recife: SUDENE) 35-45.
- Bermedo, Hernán G. e Carlos R. Miño 1998 “La Institucionalidad Pública Chilena y su Contribución al Desarrollo Regional en el Marco de la Globalización”. Documento elaborado como parte del desarrollo de la investigación *Internacionalización y Reforma del Estado: La descentralización en la Octava Región a la luz de las Relaciones con Asia-Pacífico* (Universidad de Santiago de Chile e Universidad de Bio-Bio).
- Campolina Diniz, Clélio 1994 *A Dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas* (Brasília: IPEA).
- Campolina Diniz, Clélio 1997 Painel no Seminário Internacional *Globalização e Desenvolvimento Regional: cenários para o séc. XXI* (Recife: SUDENE) 63-68.
- Campolina Diniz, Clélio & M. A. Crocco 1996 “Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira”, in *Revista Nova Economia* (Belo Horizonte) Vol. 6, N°1, Jul.
- Carvalho, Ruy Q.; S. R. Queiroz; F. L. Consoni; J. P. da Costa 1997 “Apertura comercial y cambio estructural en la industria automotriz brasileña”, in *Revista de la CEPAL* (Santiago de Chile) N° 63, Diciembre, 115-127.
- Galvão, Olímpio J. A. 1997 “A Região Nordeste e o Novo Cenário Mundial: Globalização, abertura comercial e o Mercosul”, in *Textos para Discussão* (Recife: UFPE/PIMES) N° 400, Nov.
-

- Gazeta Mercantil 1996/1997 *Balanço Anual 96/97* (Santa Catarina).
- Gazeta Mercantil 1998 25 maio (São Paulo)
- Gazeta Mercantil Latino Americana 1998 N° 105, Abril, 32.
- Habermas, J. 1995 “O Estado-Nação Europeu Frente aos Desafios da Globalização”, in *Novos Estudos* (São Paulo: CEBRAP) N° 43, Novembro, 87-101.
- Howes, Graham 1999 “Mudanças na Organização da Sociedade: crise no emprego e no trabalho”, in Lima, Marcos Costa; Rubem Monteiro e Valdeci M. dos Santos (orgs.) *Planejamento Regional em Tempos de Globalização* (Recife: Editora Universitária) 247-260.
- IBGE 1994 *Atlas Regional das Desigualdades. Regional* (Brasília: IPEA/DIPES).
- IBGE 2000 *Estatística/economia/contas regionais* (Brasília)
- Lavinas, Lena; E. Garcia; M. R. Amaral 1997 *Desigualdades Regionais e Retomada do Crescimento num Quadro de Integração Econômica* (Rio de Janeiro: IPEA) Texto para Discussão, N° 466, Março.
- Lima, Marcos Costa 1999[a] “Mercosul: a frágil consistência de um Bloco Regional Emergente e a necessidade de aprofundar a Integração”, in *La Unión Europea, el Euro y las Economías Latinoamericanas* (Barcelona: Universitat Ramón Llull/Red de Universidades Latinoamericanas y Europeas (RULE)) 49-74.
- Lima, Marcos Costa 1999[b] “Processos de Integração Econômica”, in *Política & Trabalho* (João Pessoa: PPGS/UFPB) N° 15, Set., 43-62.
- Lima, Marcos Costa 2000 “A Caixa de Pandora da Globalização: O futuro do Comércio Internacional e o Mercosul”. Texto Apresentado no *Encontro da Latin American Studies Association-LASA* (Miami: Hyatt Regency) March 16-18.
- Meira, J. P. e S. F. Zysman 1987 “Distribuição espacial das atividades industriais no Paraná em 1980 e 1984”, in *Análise Conjuntural* (Curitiba) Vol. 9, N° 9, Set.
- Moseley, Malcom 1999 “Aspectos da Política Regional Européia, com ênfase especial na Experiência Britânica e no avanço da Abordagem Local”, in Lima, Marcos C.; R. Monteiro; V. Santos *Planejamento Regional em tempos de Globalização* (Recife: Ed. Universitária) 69-100.
- Passos, C.; A. Krüger 1998 *Experiências de Sistemas Locais de Inovação no Âmbito do Mercosul e Proposições de Políticas de C & T: o caso do Paraná* (Rio de Janeiro: IE/UFRJ)

- Saha, Suranjit Kumar 1999 “Regional Planning in the Context of Globalization: building a new agenda for the 1990s and beyond”, in *Conference Papers* (Recife: Dept. de Ciências Sociais/UFPE) 13-48.
- Sassen, Saskia 1991 *The Global City* (New York: Princeton University).
- Sassen, Saskia 1993 “ACidade Global”, in Lavinias, Lena; Liana Carleial; M^a Regina Nabuco (org.) *Estruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil* (São Paulo: Hucitec/ANPUR) 187-202.
- Sassen, Saskia 1998 “Os Espaços da Economia Global”, in Arlanch Martins de Oliveira, Fátia (org) *Globalização, Regionalização e Nacionalismo* (São Paulo: UNESP) 43-68.
- Secex, varios anos, *Diversos informes*.
- Secex 1997[a] *Balança Comercial Brasileira* (Brasília: Mict/Aduaneiras) Jan/Dez.
- Secex 1997[b] *Balança Comercial Brasileira-Mercosul* (Brasília: Mict/Aduaneiras) Jan/Dez.
- Thorstensen, Vera 1999 *OMC. As Regras do Comércio Internacional e a Rodada do Milênio* (São Paulo: Ed. Aduaneiras).
- Vigevani, Tullo; J. P. Veiga; C. A. Gonçalves 1996 *A Regionalização da Indústria Automobilística no Mercosul* (São Paulo: USP) Série Carta Internacional, N^o 13, Abril.

Notas

1 O autor chama a atenção para a transferência de empregos de maior qualificação, como os trabalhos de escritório em digitalização, enviados a Índia pela vantagem comparativa dos baixos salários naquele país.

2 Os bancos internacionais lucraram mais de 800% com a desvalorização da moeda brasileira em apenas um ano. Ver também o monitoramento do Fundo Monetário Internacional no Brasil e Argentina.

3 Investimentos orçados em US\$ 750 milhões no caso da Renault e US\$ 600 milhões da General Motors.

4 Neste sentido releva-se a região entre os rios Araguaia-Tocantins, novo eixo de investimentos dinâmicos, englobando em torno de 80 milhões de hectares para produção de grãos: Estado do Tocantins, Oeste da Bahia, Sul do Pará, Maranhão e Ceará, um futuro grande corredor de importações.

5 A produção brasileira de fumo é realizada em 85% do total nos Estados do Sul –Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em 140.000 pequenas propriedades. É a cidade gaúcha de Santa Cruz do Sul que ostenta 85% das exportações do setor e onde a Souza Cruz implantou o maior complexo de processamento de fumo do mundo.

6 Cf. estudo de Passos, a propósito destes investimentos industriais e do baixo dinamismo tecnológico e de C & T no Estado do Paraná.